



CDS-PP – Açores

Palavra Parlamentar

Folha Informativa do Grupo Parlamentar do Partido Popular
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

N.º 19

Maio de 2005

MAIS UM ANIVERSÁRIO

É com grande satisfação que assinalamos o 8.º aniversário da “Palavra Parlamentar”.

Ao longo destas últimas duas Legislaturas, o Grupo Parlamentar do CDS/PP na Assembleia Legislativa, através desta “Folha Informativa”, cumpriu cabalmente com o seu objectivo de manter informados os eleitores acerca das suas principais actividades.

Tínhamos plena consciência de que não seria fácil manter um projecto tão ambicioso. Felizmente foi possível e aqui estamos para continuar a prestar contas aos nossos eleitores do essencial do trabalho desenvolvido.

Esta tarefa é tanto mais aliciante quanto se trata de um caso único de regularidade no panorama Parlamentar.

Estamos a começar a VIII Legislatura e tudo faremos para continuar a dignificar a presença do CDS/PP no Parlamento dos Açores, participando activamente nos trabalhos legislativos e defendendo politicamente os valores e princípios que caracterizam a matriz do nosso projecto partidário.

O nosso Partido elegeu dois Deputados nas últimas eleições, em representação das populações de S. Miguel e da Terceira. Como é sabido, o deputado eleito pelo CDS/PP em S. Miguel abandonou o Partido e o Grupo Parlamentar, mantendo a posse do mandato em seu nome pessoal.

Esta lamentável situação não reduz em nada as especiais preocupações do CDS/PP para com os seus eleitores na Ilha de S. Miguel, que merecem a nossa maior solidariedade e o melhor empenho na defesa das suas mais legítimas aspirações, à luz dos princípios que enformam o nosso Partido.

Para isso, contamos com o entusiasmo, a dedicação e a reconhecida capacidade colectiva das estruturas dirigentes do CDS/PP em S. Miguel, que, além da eleição de Deputado na I Legislatura, desde 1996 garantem com estoicismo a eleição continuada de um Deputado pelo nosso Partido.

Como principal elemento de ligação com as estruturas do CDS/PP em S. Miguel e os eleitores, o Grupo Parlamentar tem o gosto de contar com a colaboração activa e dedicada do Dr. Leonardo Ponte, jovem quadro político e assessor parlamentar.

Para além do papel desenvolvido pela comunicação social e pelo “Site” do Partido, a “Palavra Parlamentar” irá continuar a constituir um excelente veículo de divulgação da nossa actividade, sob a empenhada e competente direcção do Adjunto Parlamentar Renato Moura.

Para o êxito do nosso trabalho Parlamentar apelo às estruturas do Partido em todas as ilhas, para nos fazerem chegar os seus contributos e sugestões em ordem a garantirmos uma adequada defesa das respectivas populações.

De imediato, há que preparar a grande “batalha” das Eleições Autárquicas, para conseguir uma boa presença nos diversos Concelhos e Freguesias da Região, ganhar algumas Autarquias e garantir um aumento de votantes e do número de eleitos nos Açores.

Trata-se de uma boa oportunidade para o CDS/PP aplicar as suas políticas e dar uma adequada resposta aos principais problemas e anseios das nossas Comunidades.

Contamos com o total apoio e empenho dos militantes e simpatizantes do Partido para garantirmos um bom resultado nestas Autárquicas, a bem dos Açores.

Alvarino Pinheiro

REQUERIMENTOS APRESENTADOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA **TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PELA** **AÇORLINE**

Dos requerimentos que têm sido apresentados no Parlamento dos Açores pelo CDS/PP, dá-se aqui conta dos principais assuntos a que se referiram:

FICHEIROS DA SEGURANÇA SOCIAL

Tem-se verificado que os Serviços de Segurança Social não têm os ficheiros actualizados e costumam exigir que sejam os beneficiários a fazer prova dos pagamentos efectuados, antes de serem passadas as certidões de quitação.

Foi perguntado se o Governo Regional acha esta situação aceitável e solicitado que tome medidas para que não continuem a ser prejudicados os beneficiários.

PAVILHÃO DO PORTO JUDEU

A Freguesia do Porto Judeu é uma das mais dinâmicas da Ilha Terceira e dos Açores e tem vindo a fazer um esforço exemplar na valorização das suas instituições sócio-culturais.

A Junta de Freguesia e as suas principais colectividades, foram capazes de erguer um Pavilhão Cultural, com dimensões adequadas às actividades que se desenvolvem na comunidade.

Foi requerido que o Governo se explique sobre o motivo que o levou a ainda não ter participado nos custos da construção do Pavilhão e perguntado quando pensa assumir a sua parte.

GRATIFICAÇÃO AO PESSOAL DA PSP

O pessoal da PSP que presta serviço nos aeroportos portugueses recebe uma gratificação atribuída pela ANA.

A segurança do aeroporto das Lajes está a cargo de uma Esquadra para o efeito constituída e a Secretaria Regional da Economia arrecada as taxas de segurança produzidas naquele aeroporto, mas não paga gratificação aos agentes.

Perante esta situação classificada de discriminatória e injusta, foi perguntado quando serão pagas as gratificações e feitos os pagamentos retroactivos.

DEFICIÊNCIAS NA COBERTURA DA RDP

A RDP-Açores é importante para assegurar o direito à informação, contribui para promover a solidariedade, fomentar a unidade e é essencial no âmbito da protecção civil.

Foi requerido que o Governo Regional informe que medidas tem tomado, numa área onde tem sido feito muito investimento regional, no sentido de que deixe de haver cortes de emissão no Grupo Ocidental e que motivos têm levado a que as avarias não sejam reparadas com a celeridade adequada, de molde a permitir a cobertura eficaz e fiável que era de esperar.

Em requerimento apresentado na Assembleia, em 9 de Março, foi referido que a operação de transporte marítimo de passageiros e viaturas através de navios da Açorline tem sido sempre caracterizada por inúmeros problemas, que se têm agravado em cada ano e atingiram em 2004 foros de autêntico escândalo, sendo um dos cruciais ao nível da segurança para o transporte de passageiros, com grandes dificuldades na obtenção do certificado por parte do Instituto Português e dos Transportes Marítimos (IPTM).

Têm-se verificado avarias várias, nomeadamente em viagem, troca de navios pondo em causa a oferta de lugares, de camarotes e de condições anunciadas, atrasos de viagens, condições péssimas oferecidas a bordo e até dificuldades na obtenção de bilhetes, tendo sido lembrado que a Ilha do Corvo está retirada do mapa da Açorline, com a inaceitável cobertura do Governo Regional, discriminando não só os corvinos, como todos os que desejem visitar aquela ilha.

Foi perguntado que garantias tinha o Governo obtido e com que segurança, para que as viagens se iniciassem a 22 de Abril, conforme fora anunciado, para que não se voltassem a gorar as legítimas expectativas dos passageiros e que garantias obtivera de que o Golfinho Azul estivesse equipado e com meios de segurança que permitissem a obtenção do certificado.

Perguntava-se mesmo, depois de tantos problemas, porque razão não tinha já sido posto termo ao contrato do Governo com a Açorline.

Razão tinha o CDS/PP para os seus receios, embora o Governo não tenha aproveitado o seu alerta, dado muito a tempo, pois a Açorline voltou a não cumprir, deixando em terra os passageiros para a festa do Senhor Santo Cristo dos Milagres, o que motivou, em 27 de Abril, um Comunicado do CDS/PP.

Falta o Governo responder porque motivo continua a proteger a Açorline.

FACTURAS DA EDA CHEGAM TARDE

As facturas mensais de energia eléctrica são enviadas pela EDA, através de carta expedida pelos CTT e frequentemente chegam depois de terminado o prazo para pagamento através de meios electrónicos.

Perguntou-se porque razão nada foi feito para corrigir a anomalia, já que os consumidores são lesados com deslocações para pagamentos directos, quando a utilização das novas tecnologias deve ser promovida e facilitada. Foi requerida informação sobre se o governo Regional dará orientações no sentido das facturas serem expedidas com maior antecedência.

Alvarino Pinheiro na discussão das Orientações de Médio Prazo, Plano e Orçamento 2005:

A SOCIEDADE CADA VEZ MAIS POBRE CAI NA DEPENDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

“A nossa participação assentou numa base construtiva, reconhecendo o que está bem, mas não deixando de alertar o Governo e a Assembleia para os aspectos menos positivos da Administração e para as insuficiências de muitas das políticas dirigidas aos principais sectores económicos e sociais da nossa Região”, foram palavras do Líder Parlamentar no encerramento da discussão, que acentuou a divergência com o Governo, que “parte do princípio de que a Região passa por uma situação ímpar de crescimento e progresso e que os Açorianos vivem num mar de rosas”.

“A Agricultura e as Pescas passam por uma evidente crise” e no turismo é preciso “diminuir a dependência do turismo social e subsidiado” disse, acrescentando que “o comércio nos Açores se debate com uma evidente quebra do poder de compra dos consumidores” e que “em 2004, atingimos o maior índice de desemprego desde 1998” e as famílias Açorianas “estão com mais dificuldades e cada vez mais endividadas”.

Alvarino Pinheiro salientou que muitos dos projectos do Governo para os próximos quatro anos “faziam parte dos compromissos do mandato anterior e acabaram por não se concretizar”, afirmando ser desejável “um maior realismo entre a programação prevista para os próximo quatro anos e a efectiva capacidade do Governo Regional a executar”, porque “é preciso dar crédito aos documentos aprovados neste Parlamento e aos compromissos assumidos perante o eleitorado”.

Salientando que “existe a garantia do Governo Regional que não será por falta de meios financeiros que não haverá resposta aos reais problemas da Região”, Alvarino Pinheiro lembrou que “como Partido da Oposição, o CDS/PP, que concorda, como é obvio, com grande parte dos investimentos previstos pelo Governo para as nove Ilhas dos Açores, estará firmemente atento ao cumprimento da programação constante dos planos regionais”.

Terminou assegurando “estaremos sempre disponíveis para cooperar com o Governo dos Açores, naquilo que acharmos correcto e útil ao interesse da nossa Região”. *(Diário ALRAA n.º12)*

Deputado José Joaquim Melo na discussão do Programa de Governo:

QUANDO A AGRICULTURA ESTÁ BEM AS NOSSAS COMUNIDADES PROGRIDEM E VIVEM FELIZES

O novel deputado, eleito pela Ilha Terceira, disse que “os últimos anos têm sido tempos de crise, de dificuldades e de algum retrocesso para quem vive da agricultura e para o conjunto do ‘mundo agrícola’ que dela depende” e isto porque “as principais receitas das empresas agrícolas têm vindo a baixar assustadoramente e as despesas estão sempre a aumentar” e “logo os rendimentos dos agricultores têm vindo a baixar, apesar dos diversos subsídios oficiais” e por isso “a quebra dos rendimentos dos agricultores deveria constituir a maior preocupação do Programa do Governo, o que parece não acontecer”.

José Joaquim afirmou depois que “sem resolver este grave problema, tudo o resto é praticamente só conversa, que pouco adianta a quem fez a opção de vida de ser agricultor” e “por isso é muito importante e urgente que se tomem decisões de fundo, quer no sector do leite, quer no sector da carne” e acrescentou ser “fundamental que o Governo Regional tente equilibrar mais os preços daquilo que a agricultura compra, com os preços dos produtos que ela vende”.

A dado passo da sua longa intervenção afirmou que “é bom ter consciência que alguns agricultores da nossa Região já evoluíram o que era possível, no que deles dependia, mas, lamentavelmente, continuam a confrontar-se com condições de infra-estruturas semelhantes às dos seus antepassados e andam com tractores nas ribeiras, onde os avós passavam de carroça. Os agricultores estão cansados e até descrentes em relação à política, porque grande parte das promessas que são feitas antes das eleições, depois não são cumpridas nos programas governamentais”.

O Deputado José Joaquim Melo terminou a sua intervenção afirmando: “Pensamos que é importante e urgente mudar essa imagem. Para isso é preciso unir esforços e pôr em execução as propostas mais válidas, venham elas de onde vierem, do governo ou da oposição. Estou convicto que os Senhores Governantes têm tanta vontade política e pessoal de resolver esta situação, quanto eu, mas para isso é preciso pôr mãos à obra”. *(Diário ALRAA n.º3)*

PARTIDO POPULAR CONTRIBUIU PARA A REVISÃO DO SISTEMA ELEITORAL SEM RETIRAR DEPUTADOS ÀS ILHAS PEQUENAS

O CDS/PP foi o primeiro Partido a apresentar o seu ante-projecto de alteração à lei eleitoral para a Assembleia Legislativa. O documento enviado à Assembleia da República, que resultou de um trabalho reflectido e amadurecido na Comissão Eventual, no essencial, reproduz e contempla os projectos do Partido Socialista e do Partido Popular.

Na discussão, no Plenário do Parlamento açoriano, o Líder Parlamentar do CDS/PP afirmou que o projecto de lei a enviar à Assembleia da República “apresenta uma larga margem de consenso na sociedade açoriana e na comunidade política e que se afigura de fundamental importância para o regular funcionamento democrático da nossa Autonomia”.

Realçou depois que o projecto “preserva os equilíbrios básicos que salvaguardam as características específicas da realidade do Arquipélago” e que a grande inovação “consiste na criação de um círculo regional de compensação, elegendo cinco deputados, com função meramente correctora, que salvaguarde, com eficiência, a preocupação geral sobre a elevada probabilidade, que existia no actual sistema eleitoral, do partido mais votado na Região não ter o maior número de deputados na Assembleia”.

Alvarino Pinheiro esclareceu depois que a solução proposta pelo PSD, de aumentar três deputados a S. Miguel e um à Terceira “contribui matematicamente para a melhoria da proporcionalidade”, mas “tem o mesmo e grande inconveniente das alterações que ocorreram no passado”, porque “aumenta o número de deputados mas não garante uma contribuição directa para uma mais justa distribuição dos mandatos face aos votos obtidos”, demonstrando a seguir, através de números, a razão pela qual a proposta não serve “porque não traz qualquer eficiência ao sistema e até o agrava em determinadas situações”.

O Líder Parlamentar referiu depois a muito falada solução de diminuição dos deputados das ilhas pequenas, que considerou “inaceitável porque poderia abalar o equilíbrio da unidade regional”, já que “reduzir um deputado a cada ilha, significaria diminuir drasticamente a representação das ilhas pequenas e seria uma solução tremendamente injusta para essas populações, que já são as mais marginais em relação ao processo da Autonomia”, acrescentando que “os defensores desta mutilação parlamentar das ilhas mais pequenas não têm presente que a única integração que essas comunidades têm na Autonomia é através desta Assembleia, até porque, em geral os seus representantes não participam nos centros de decisão do governo da Região”.

Evidenciou depois que “não havendo soluções perfeitas, este projecto de lei apresentado pela Comissão Eventual, satisfaz todos os principais objectivos a que nos propusemos, incluindo o de poder contribuir para a melhoria da pluralidade de representação partidária na Assembleia Legislativa” pois “com o actual sistema é possível que um Partido tenha 10.000 votos nos Açores, representando 10% dos eleitores, e não consiga eleger qualquer deputado”, o que o levou a perguntar: “Será que algum democrata se opõe a que se faça justiça neste domínio?” e “Se ter mais votos e não ter mais deputados choca muita gente, então que dizer à situação de quem representa 10% dos açorianos não ter assento neste Parlamento?”.

Alvarino Pinheiro realçou também que “os cinco deputados que vierem a ser eleitos pelos cálculos de compensação, também fazem parte das listas apresentadas em cada Ilha”, pelo que “não haverá por isso candidatos virtuais e desenraizados das suas ilhas”.

Reconhecendo que o único aspecto menos positivo se prende “com o aumento do número de deputados e com o impacto negativo nos gastos da Assembleia”, recordou que “para obstar a esta situação, o CDS/PP já anunciou que irá apresentar, no âmbito da revisão do Estatuto, uma solução que concilia o aumento do número de deputados com a diminuição dos respectivos custos”. Trata-se de consagrar que “25% dos eleitos só possam estar afectos à Assembleia nos períodos de funcionamento dos plenários”, o que garante uma redução nos custos dos vencimentos e outras despesas indirectas com deputados, nomeadamente nas subvenções vitalícias.

Alvarino Pinheiro, a terminar, disse que com a aprovação deste projecto “o Parlamento dá um passo decisivo para se atingir uma boa reforma do nosso Sistema Eleitoral”. *(Diário ALRAA n.º 10)*

SITE oficial CDS/PP – Açores na Internet
www.cdsppacores.com

DOCUMENTO N.º 82-VIII

Proc.º 50.11